

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1001511-45.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **CARLOS FRANÇA RANGEL**
 Requerido: **MARTIN PAULO DE OLIVEIRA TEIXEIRA DE SOBRAL GONÇALVES**

CARLOS FRANÇA RANGEL ajuizou ação contra MARTIN PAULO DE OLIVEIRA TEIXEIRA DE SOBRAL GONÇALVES, pedindo que o réu seja instado a realizar a transferência da propriedade de dois cavalos perante a Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Paint, bem como que seja condenado ao pagamento de indenização por danos morais e lucros cessantes. Alegou, para tanto, que adquiriu dois equinos do réu através de leilões virtuais realizados em março e junho de 2011, contudo este deixou de proceder à transferência da propriedade na respectiva associação de criadores. Por conta disso, perdeu a oportunidade de realizar a revenda dos animais e suportou prejuízo decorrente do registro tardio.

Deferiu-se a antecipação da tutela a fim de determinar a expedição de alvará autorizando o autor a promover a transferência dos animais perante a Associação.

O réu foi citado por edital e deixou transcorrer o prazo para apresentação de defesa. A Dr. Curadora Especial apresentou contestação por negativa geral, ressaltando que os pedidos de danos morais e lucros cessantes não devem prosperar.

Manifestou-se o autor.

É o relatório.

Fundamento e decido.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O autor juntou aos autos as certidões emitidas pelo leiloeiro rural (fls. 15/17) informando a arrematação dos seguintes equinos: Sexy Girl D and H (PO-18638) e Something Special TH (P-06800-TE), ambos de propriedade do réu. Além disso, apresentou os recibos de pagamento integral (fls. 16/17) dos bens arrematados.

Por outro lado, a contestação por negativa geral não ilide as provas produzidas pelo autor, de aquisição regular dos animais, de modo que o pedido para condenar o réu a promover a transferência de propriedade perante a Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Paint deve ser julgado procedente.

Contudo, não devem prosperar os pedidos de indenização por danos morais e lucros cessantes. O autor adquiriu os bens semoventes no ano de 2011 e somente em fevereiro de 2015 ajuizou ação para regularizar o registro dos animais. É fato que deveria ter adotado as medidas necessárias para realização da transferência antes de promover a tentativa de revenda dos equinos, haja vista a necessidade de regularizar a aquisição para posterior alienação em leilão. Além disso, o autor estava ciente dos prejuízos decorrentes do registro tardio, cabendo-lhe, então, se precaver de eventuais condutas omissivas por parte dos vendedores.

Por fim, o dano moral é caracterizado como aquele que *"lesiona a esfera personalíssima da pessoa (seus direitos de personalidade), violando, por exemplo, sua intimidade, vida privada, honra e imagem, bens jurídicos tutelados constitucionalmente"* (Gagliano, Pablo Stolze; Novo curso de direito civil, volume III, Ed. Saraiva, 2008, p. 55). Sendo assim, meros dissabores, aborrecimentos ou angústia surgidos nas relações pessoais não devem dar ensejo à reparação por dano moral.

Conforme define a jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, "Segundo a doutrina pátria, 'só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo" (REsp nº 844736/DF, Relator Ministro Luis Salomão, j. 27/09/2009).

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

No caso em exame, apesar das angústias e dissabores suportados pelo autor, os fatos descritos na petição inicial não caracterizam ofensa a qualquer de seus direitos de personalidade. Independentemente do período de tempo transcorrido entre a data da tradição e o ajuizamento desta ação, a necessidade de provimento judicial determinando a realização da transferência não tem o condão de caracterizar dano moral indenizável.

Além disso, eventuais declarações ofensivas formuladas por terceiros interessados na aquisição dos animais não afetam o deslinde desta ação, porquanto cabia ao próprio autor a regularização do registro antes de promover a tentativa de alienação em leilão eletrônico.

De modo modo, ressalva-se ao autor a hipótese de propositura de ação indenizatória específica, por danos materiais que efetivamente venha a ter, pois os danos por enquanto cogitados, são apenas hipotéticos. Com efeito, alegou que os prejuízos *deverão aumentar no curso da demanda, uma vez que há inúmeros animais filhos das referidas matrizes sem o registro definitivo* (fls. 7). Se o registro for formalizado, tais danos inexistirão; se não houver formalização, é possível o surgimento de prejuízo, mas por enquanto apenas possível não exatamente certo.

Diante do exposto, acolho parcialmente o pedido e condeno o réu a promover a transferência dos equinos Sexy Girl D and H (PO-18638) e Something Special TH (P-06800-TE) para o nome do autor, perante a Associação Brasileira de Criadores de Cavalo Paint, provimento a ser cumprido através da expedição de alvará autorizando o próprio autor a promover tal transferência, independentemente da anuência ou manifestação do anterior proprietário, confirmando-se a tutela de urgência concedida.

Rejeito os demais pedidos.

Ressalvo a hipótese de conversão da obrigação em perdas e danos, se inviabilizado o cumprimento, e também a futura propositura de ação indenizatória por danos materiais, se ocorrentes.

Condeno o réu ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados por equidade em R\$ 2.000,00.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Condeno o autor ao pagamento dos honorários advocatícios da Curadora Especial, fixados por equidade em R\$ 600,00, vedada a compensação (Código de Processo Civil, artigo 85, § 14).

P.R.I.

São Carlos, 10 de junho de 2016.


Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA